

# A DIMENSÃO PEDAGÓGICA NA FORMAÇÃO DO GEÓGRAFO \*

DIAMANTINO PEREIRA

## Teoria e Prática nos Cursos de Graduação em Geografia

A tradição dos cursos de graduação tem sido a de se passar informações devidamente compartimentadas segundo a divisão acadêmica das especialidades e ramos da geografia. Como causa e consequência disso, tínhamos a antiga definição dos currículos mínimos obrigando a existência de disciplinas como Geografia Humana, Geografia Física, Geografia Regional do Brasil etc. Derivado disso, o procedimento de elaboração de currículos geralmente procede a subdivisões sucessivas.

Como resultado desse processo, temos, grande parte das vezes, um currículo em que a totalidade raramente está presente e que é acessada através do manto cinzento da divisão das disciplinas acadêmicas.

Mais que isso: como a Geografia possui uma tradição de disciplina escolar, parece que ela é planejada especialmente para impedir a ação, ou seja, também, em grande parte das vezes, o conhecimento geográfico é apenas contemplativo, fugindo de qualquer possibilidade de intervenção direta na realidade estudada.

Isso se materializa na forma de um conhecimento que é sobretudo constituído por uma carga de informações que atende pelo nome de conteúdo. Como sempre se considera que o tempo é curto, a tendência é que raramente se opera esse conhecimento, ficando o estudo resumido a abordagens e elaborações de cunho teórico. Isso se manifesta em relação às disciplinas que deveriam levar o aluno à construção do discurso e à intervenção na realidade.

---

\* Artigo publicado na **Revista AlfaGEO**, do Curso de Especialização em Ensino de Geografia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, n.1, v.1, S. Paulo, mai. 1999.

Quando falamos da formação para a docência, a coisa se complica ainda mais, na medida em que grande parte das discussões é encaminhada para as chamadas “disciplinas pedagógicas”, particularmente as de “prática de ensino”. Porém, é evidente que essa segregação da discussão específica não tem levado a bons resultados porque, tanto no caso da formação do professor, quanto do técnico, os estudantes são deixados na mão quando mais precisam: na hora da aplicação de seus conhecimentos na prática.

Muitos poderão afirmar que os cursos de graduação não têm como finalidade a especialização do aluno, tendo apenas o papel de fornecer conhecimentos básicos na carreira escolhida. Partilho dessa concepção, pois a especialização é coisa para se conseguir em regimes de cursos pós-graduados. Ocorre que, então, é necessário definir o que se considera como básico: tradicionalmente, como já afirmamos, o básico é constituído de noções e conhecimentos teóricos. Acredito que o básico deva também ser constituído por disciplinas que, além de proporcionar informações, construam o discurso e os caminhos de operação dos conhecimentos.

Mais que isso, é preciso caminhar na perspectiva da construção de currículos que partam da necessidade de intervenção na realidade. Assim, teríamos a problemática e a arquitetura como uma forma de intervenção sobre ela.

Mas, para terminar a discussão desta primeira parte, ainda devemos comentar a respeito do que se considera como uma coisa geográfica ou, em outras palavras, como, nas escolas, são desenvolvidos a maior parte dos estudos denominados de geográficos.

Começemos pelas partes da divisão do discurso geográfico que já citamos anteriormente. Nas escolas, temos estudos de Geografia da população, da indústria, do comércio, do clima, da Biogeografia etc. O que se ensina sob esses rótulos? Em que medida existe mesmo uma Geografia? Na medida em que, grande parte das vezes, professores e alunos esquecem a primeira palavra, a “Geografia”, e só ficam com a segunda, com o qualificativo. Assim, Geografia da população se transforma em “Estudos sobre a população”, Geografia da Indústria em “Estudos sobre a indústria” etc.

Parece que estamos confundindo a parte com o todo. Quero dizer que a população ou a indústria são temas que podem ser abordados geograficamente mas não só. É possível fazer uma história, uma economia, uma psicologia e muito mais abordagens a partir desses temas. E, quando decidiram abandonar o antigo porto seguro da abordagem positivista, que considerava a Geografia definida pela liturgia “Geografia Física/Humana/Econômica”, os geógrafos, muitas vezes, perderam o rumo e ficaram contando história, desenvolvendo economia e a construção do discurso geográfico foi sendo deixada no abandono.

Afirmar que se está confundindo a parte com o todo porque considero que, para praticarmos a interdisciplinaridade, cada uma das disciplinas precisa saber exatamente o seu papel, a sua função, o que vai observar, o que vai relevar e como vai fazer tudo isso. Quando não nos atemos a nenhuma desses detalhes entramos no caminho da confusão, onde, ao invés da interdisciplinaridade temos uma sucessão de trombadas e vazios.

Portanto, a necessidade da construção e fortalecimento do discurso geográfico é uma necessidade, não apenas do desempenho da Geografia de forma isolada mas também e principalmente do que ela deve afirmar na relação com as demais disciplinas.

Tudo isso se reveste da maior importância, na medida em que o Geógrafo, no exercício de sua função (técnica ou docente), relaciona-se quase obrigatoriamente com outros profissionais e com outras disciplinas. As orientações a partir da nova LDB no sentido de dotar de maior flexibilidade o próprio processo de formação, sugerindo que uma parte do currículo seja de opções livres por parte do aluno, amplificam esse processo.

É necessário que busquemos a identidade da Geografia como critério para que não nos tornemos invisíveis. Essa identidade não será conseguida com afirmações genéricas de que o nosso papel seria o de “explicar as múltiplas interações entre a sociedade e a natureza”. Mas esse é o papel de toda e qualquer ciência. Não adianta afirmar que devemos compreender a “*realidade espacial, natural e humana*” (BRASIL/MEC-SESU, 1999) de forma integrada, quando a própria formulação já é fragmentada, admitindo que

coisas “naturais e humanas” não são espaciais, mas deveriam apenas estar relacionadas.

Mas concepções de Geografia não são, ou não deveriam ser definidas por lei. Apesar disso, quem tiver o trabalho de ler as diretrizes curriculares do MEC vai perceber que ali existe uma concepção muito particular, somada ao agravante de ter aparecido ali sem o mínimo de debate com a coletividade geográfica. Tudo isso somado ao desprazer de propor 4 níveis de habilitação (bacharelado, aplicada-profissional, docência e pesquisa), quando claramente a diferenciação de funções não permite dividi-las nem em duas e além disso, apesar de afirmar que a formação deve ser sólida em qualquer delas, propõe como carga horária referencial 2 000 horas distribuídas em 3 anos, coisa por experiência insuficiente, principalmente quando estruturamos um curso que não se baste apenas nas elaborações teóricas, mas busque unir a fundamentação teórica com o desenvolvimento da prática profissional em seus diversos níveis.

### **Os Conceitos no Ensino de Geografia**

Em artigo anterior (Pereira, 1996), já afirmamos que o ensino, particularmente o de Geografia, estava extremamente preso à lógica dos conteúdos e que o professor é, na maioria das vezes, apenas um viciado em passar conteúdos e informações. Considero que o processo de ensino-aprendizagem não se resume a isso, mas envolve muito mais, ou seja, exatamente aquilo que chamamos de formação, que significa exatamente dotar o aluno de instrumental para poder se posicionar em relação à informação/conteúdo.

Essa concepção de ensino tem implicações importantes no que diz respeito à prática do professor. Não basta definir um determinado conteúdo e sair por aí “dando aula”. Para começar pelo básico, poderíamos partir de uma simples recomendação que ouvimos em muitos lugares, mas que também se encontra em Paulo Freire (1998, p.28):

*Ensinar um certo conteúdo não deve significar, de modo algum, que o ensinante se aventure a ensinar sem competência para*

*fazê-lo. Não o autoriza a ensinar o que não sabe. A responsabilidade ética, política e profissional do docente lhe coloca o dever de se preparar, de se capacitar, de se formar antes mesmo de iniciar sua atividade docente.*

Isso é o essencial, mas quando falamos de Paulo Freire, é necessário não esquecer que o modo de executar o processo de ensino-aprendizagem deve ser conectivo com o aluno, na medida em que “*o ato de estudar implica sempre o de ler, mesmo que neste não se esgote. De ler o mundo, de ler a palavra e assim ler a leitura do mundo anteriormente feita. [grifos nossos]*”. (Paulo Freire, 1998, p.29).

Pode-se ler o mundo sem ler a palavra, mas assim que lemos a palavra, temos acesso a uma realidade mais complexa porque feita de conceitos, abstrações e símbolos. Com esse arsenal podemos fazer uma nova leitura do mundo e também da antiga leitura que nós mesmos tínhamos feito.

Quando colocamos a reflexão geográfica nesse enredo, isso implica que a leitura do mundo pela via da leitura da palavra, será feita com base nas palavras que enchem a realidade de Geografia. Isso significa que essa leitura será feita a partir da espacialidade dos fenômenos, que são naturais e sociais ao mesmo tempo.

Quando chegamos nesse nível de reflexão, não estamos mais falando apenas de informações/conteúdos, mas da Geografia e do seu papel dentro do processo de ensino-aprendizagem. Nesse processo, esse papel deve ser o de alfabetizar os alunos na leitura da espacialidade dos fenômenos.

*Alfabetização, para a geografia, somente pode significar que existe a possibilidade do espaço geográfico ser lido e, portanto entendido. Pode transformar-se, portanto, a partir disso, em instrumento concreto do conhecimento. Mais que isso, o espaço geográfico pode transformar-se em uma janela a mais para possibilitar o desvendamento da realidade pelo aluno. (Pereira, 1996, p.53).*

Os objetivos da Geografia e sua definição

*Quais são os objetivos ao nível da construção de conceitos geográficos, para que os alunos gradativamente possam ir sendo equipados com instrumental para poderem, eles mesmos, ler o espaço geográfico e sua paisagem? Como isso não é definido, acaba não fazendo parte das estratégias e fica relegado apenas ao bom senso que o professor vai desenvolvendo ao longo de sua prática docente. No campo do ensino, porém, não considero que as coisas possam ficar restritas apenas a sensações. (Pereira, 1996, p.49).*

Aqui estamos falando da estruturação de uma dinâmica que implica no estabelecimento da reflexão por parte do professor, que é, nas palavras de Paulo Freire, o próprio processo de formação do professor *"que se funda na análise crítica de sua prática"* (p.28).

A leitura do mundo pela via da leitura da palavra deve ser qualificada pelo papel da geografia no processo de alfabetização. É neste ponto que a Pedagogia e a Geografia precisam caminhar de mãos dadas. Isso não é uma coisa tão fácil, na medida em que a reflexão sobre essa problemática sempre aparece separada.

Não deveria ser dessa forma, pois quando estamos falando de ensino estamos nos referindo ao ensino de alguma coisa. O que é mais simples de encontrar são trabalhos refletindo sobre o "ensino" ou sobre "alguma coisa", que no nosso caso é a Geografia. Talvez seja por isso que nos planejamentos, quando se necessita estabelecer objetivos, a Geografia somente é contemplada quando se refere aos conteúdos.

Mas os conteúdos (palavra mágica) contém o quê? Somente informações? Pelo que desenvolvemos até agora, é fácil concluir que não. Então, o que falta? A definição de duas coisas básicas e fundamentais que são os Conceitos e as habilidades que o professor pretende desenvolver. Seria desnecessário dizer que isso deve estar parametrado pela adequação da

abstração dos objetivos em relação às características dos alunos com quem o professor está desenvolvendo suas atividades.

Porém, falar que o professor deve estabelecer como objetivos os conceitos com os quais irá trabalhar, indica um caminho a ser trilhado pelo professor, mas ainda não concretiza o caminho. Nesse sentido, relaciono abaixo um conjunto de núcleos conceituais e conceitos básicos da Geografia, que poderia servir de orientação quando o professor for planejar sua atividade. Essa lista foi elaborada originariamente por Horácio Capel e Luís Urteaga (1986), na qual eu introduzi uma série de alterações e atualizações, possivelmente descontextualizando a obra em relação ao projeto de que fazia parte. Pareceu-me, entretanto, que a estratégia seria correta e que a lista contribuiria para orientar o trabalho do professor.

Um dos critérios mais importantes para a elaboração dessa síntese é o fato dos próprios autores terem se preocupado em *"recolher o que pensamos ser um consenso do conjunto da ciência geográfica, integrando as diversas tradições que contribuíram para configurá-la"* (op. cit.) Como resultado, temos um conjunto amplo de núcleos conceituais e conceitos básicos que pode e deve ser rearticulado de acordo com a necessidade e concepção dos professores, uma coisa completamente diferente do sectarismo militante que ronda outras elaborações que objetivam fixar normas sobre o ensino de Geografia, particularmente o processo de elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) relativos à Geografia.

Núcleos Conceituais	Conceitos Básicos
1	Meio ambiente; biosfera; geossistema; ecossistema; clima, zona terrestre, adaptação ao meio; determinação e determinismo.
2	Ação antrópica; domesticação; sedentarização; nomadismo; migração; população urbana; população rural; cultivos; erosão; regimes demográficos; tradição demográfica possibilismo.
3	Recursos naturais; recursos não renováveis; avaliação de recursos; substituições de recursos; energia; matérias-primas; conservação; detecção.
4	Degradação do meio; resíduos; industrialização; contaminação; eutrofização; ambiental; proteção; desenvolvimento sustentável.

<b>5</b>	Lugar; paisagem; paisagem cultural; paisagem natural; geomorfologia; síntese Morfologia urbana.
<b>6</b>	Percepção; meio percebido; imagem espacial; mapa mental, comportamento espacial; informação; decisão; espaço vivido.
<b>7</b>	Atitudes em relação ao meio; cultura; valores; imagem visual; imagem simbólica; consciência territorial.
<b>8</b>	Localização; coordenadas geográficas; projeção cartográfica; padrões de distribuição espacial; localização absoluta; localização relativa.
<b>9</b>	Formas da atividade econômica; usos do solo; localização industrial; espaço urbano; interação econômica; planejamento; amostragem espacial.
<b>10</b>	Distância; acessibilidade; centralidade; espaço absoluto; espaço relativo; localização ótima; economias de aglomeração; representação cartográfica.
<b>11</b>	Urbanização; hierarquia urbana; área de influência, aglomeração; área metropolitana; megalópolis; sistema urbano; divisão social e espacial do trabalho; organização/territorialidade interna da cidade.
<b>12</b>	Meios de transporte; rotas, conectividade; fluxos; malha viária; custo de transporte.
<b>13</b>	Diversidade espacial; área; gradiente espacial; descontinuidade; país; região; Estado; município; região cultural; organização espacial.
<b>14</b>	Região; região homogênea; região funcional; sistema regional; classificação regional; regionalização; escala; mapa temático; cartograma.
<b>15</b>	Fronteira; fronteiras econômicas, políticas, culturais e religiosas; jurisdição espacial; estado; nação; organização administrativa; soberania territorial; zona econômica; organizações econômicas multinacionais; blocos político-militares; colonialismo; neocolonialismo; geopolítica.
<b>16</b>	Relações sociais de produção; modo de produção, formação social; formação espacial; capital; propriedade; trabalho; divisão do trabalho (social e territorial); distribuição de renda; bem-estar social; estratégias espaciais, mundialização.
<b>17</b>	Diferença e desigualdade social; movimentos sociais, marginalização social; pobreza; fome; potencial de desenvolvimento econômico; desenvolvimento; subdesenvolvimento; dependência; hegemonia; segregação espacial.

Com esse conjunto de conceitos, já temos uma pista para formular nossos planejamentos. Porém, aqui é preciso ainda tomar atenção para o fato de que os próprios conceitos da Geografia possuem graus de abstração bastante diferenciados e, nesse sentido, a sua utilização dentro do processo de ensino-aprendizagem não pode ser feita indiferenciadamente em qualquer uma das séries do ensino básico e médio.

Vejamos, por exemplo, o conceito de espaço. As várias concepções de Geografia consideram esse como um dos seus elementos centrais, naturalmente dando a ele as mais diversas conceituações. Trazer essa discussão ao nível do processo de ensino-aprendizagem, implica em pensar a pedagogia do processo, pois o conceito é de um grau enorme de abstração. Nesse sentido, chegar a esse conceito pode ser um objetivo a ser atingido, após estabelecermos objetivos parciais que possuem maior concretude em relação ao dia-a-dia do educando, tal como o conceito de lugar e paisagem.

Dessa forma, estaremos construindo as condições para que, no momento adequado, esse conceito com maior grau de abstração possa ser colocado e entendido pelos alunos e não apenas decorado.

O processo deve ser o mesmo em relação a todas as sugestões que foram listadas na tabela e que tem como único propósito o de servir como rol de sugestões para que o professor possa atacar com eficiência a verdadeira praga que é a de conceber o ensino como sendo apenas uma questão de passar informações.

Com essa elaboração, acredito estar trazendo a discussão a respeito da questão pedagógica para dentro da Geografia, ou seja, refletir o ensino de Geografia não é apenas uma reflexão epistemológica, mas o pensamento sobre a relação entre Geografia e Pedagogia, ao mesmo tempo e inseparavelmente.

**Bibliografia**

BRASIL. MEC-SESU. Diretrizes curriculares: ensino universitário. Brasília, MEC, 1999.

CAPEL, Horácio; URTEGA, Luís. La geografia en un currículo de ciencias sociales. Geocrítica, Barcelona, 1986.

FREIRE, Paulo. Professora sim, tia não: cartas a quem ousa ensinar. São Paulo, Olho & Água, 1998.

PEREIRA, Diamantino. Geografia Escolar: uma questão de identidade. Cadernos CEDES n.39, Ensino de Geografia. Campinas (SP), Papirus, 1996.